

POLÍTICA

Constituinte: definições na 3ª feira.

4 — JORNAL DA TARDE

05 OUT 1985

Ass

Terça-feira à noite, na residência oficial do presidente da Câmara, Ulysses Guimarães promoverá uma reunião com os líderes de todos os partidos para examinar a proposta de emenda constitucional do presidente Sarney, de convocação da Assembléia Constituinte, no esforço de preparar um substitutivo "convergente".

O presidente da Câmara convidou para a reunião, além do líder governista Pimenta da Veiga e dos líderes das demais bancadas, inclusive Prisco Viana, do PDS, o presidente e o relator da comissão mista do Congresso que estuda a matéria — senador Helvídio Nunes (PDS-PI) e deputado Flávio Bierrembach (PMDB-SP).

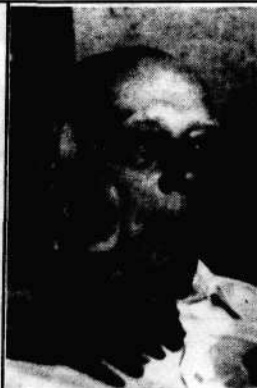
"Vamos tentar balizar a tramitação da emenda do Executivo. O fundamental é viabilizar a convocação de eleições a 15 de novembro de 86 para a Constituinte. Precisamos compatibilizar a soberania da Assembléia Constituinte, o que nos une, com as preliminares da tramitação da proposta", comentou Ulysses Guimarães, que reafirmou as dificuldades do quórum qualificado para aprovar a emenda e eventuais subemendas — pelo menos 320 votos de deputados e 46 de senadores, representando dois terços de cada Casa.

Os pontos convergentes, pacíficos, poderão ser definidos na reunião de terça-feira. Ulysses acredita na boa acolhida da sua sugestão de criar uma "grande comissão" com a atribuição de Legislativo ordinário, com representação proporcional das duas Casas, durante o período de funcionamento da Constituinte. Com essa providência, adotada em vários países, como Itália e Espanha, ele sustenta que seria evitado o uso de decretos-leis pelo Executivo.

O presidente da Câmara e do PMDB informou ter recebido material sobre o assunto dos parlamentos italiano e espanhol, considerado "subsídio importante para o estudo dos deputados e senadores".

Ulysses Guimarães não quis definir a data da votação da emenda Sarney no plenário do Congresso. Alegou que antes disso a emenda terá de ser bem examinada com as lideranças, na busca de um texto capaz de ser acolhido pelos dois terços da Câmara e do Senado, "caso contrário roda tudo..."

Apesar disso, após encontro com o relator Flávio Bierrembach anteontem, o líder Pimenta da Veiga admitiu que no dia 15 o parecer poderia ser discutido na comissão mista e, entre 21 e 25, no plenário do Congresso. O prazo para a apresentação do pa-



Ulysses



Marchezan

recer do relator à comissão mista terminará no dia 9 de novembro.

Entre os pontos polêmicos figuram a anistia ampla, geral irrestrita com a reincorporação no serviço ativo de militares e civis punidos; a Constituinte autônoma; o referendo para os mandatos dos constituintes; eleições separadas de governador e da Constituinte; desincompatibilização de um ano para ministros, governadores, secretá-

rios estaduais, prefeitos e dirigentes de empresas públicas, se candidatos à Constituinte; e delegados-constituintes, em número de 123, com o mínimo de um e o máximo de 20 por Estado, com a missão específica de participar dos trabalhos da Assembléia Constituinte para elaborar a nova Carta constitucional.

Subemendas

Há também uma subemenda do líder do PT, deputado Djalma Bom (SP), antecipando as eleições para a Constituinte para 1º de março de 86, com instalação no dia 21 de abril do mesmo ano. E o deputado Floriceno Paixão (PDT-RS) apresentou subemenda antecipando a eleição da Constituinte para o dia 26 de maio de 86, com instalação a 1º de julho.

O deputado Nelson Marchezan (RS), ex-líder do PDS, preconiza a eleição para 1º de junho de 86 da "Constituinte livre, soberana e exclusiva", com instalação a 6 de julho do mesmo ano.

O deputado Gérson Peres (PDS-PA) propôs a extinção de todos os partidos, com a instalação da Assembléia Constituinte, e Manuel Costa (PMDB-MG) sugeriu candidatos extrapartidários à Constituinte. O senador Itamar Franco (PMDB-MG) apresentou

subemenda marcando eleições diretas de vice-presidente da República.

Reforma

No Rio, o consultor-geral da República, Paulo Brossard, apoiou ontem a declaração do jurista Afonso Arinos de que a crise econômica não pode esperar pela Constituinte, e admitiu que as medidas adotadas pelo governo possam permitir que as dificuldades econômicas sejam reduzidas até a aprovação da nova Carta Magna.

Ao analisar os problemas ocorridos para negociação do projeto da reforma tributária de emergência, entre a Frente Municipalista e o governo, Brossard disse que "um dos temas mais difíceis da organização federativa é o da distribuição tributária".

O jurista admitiu a necessidade de os municípios receberem mais apoio financeiro, por meio do retorno de uma parcela considerável da arrecadação fiscal. Mas "o problema é que, para dar mais a um, tem-se de tirar dos outros, e isso não é peculiaridade brasileira".

Brossard afirmou que é preciso uma distribuição justa da arrecadação tributária, de modo a viabilizar projetos de responsabilidade dos municípios brasileiros.